

Parecer nº 116/97

Data: 97.12.03

Processo nº 254

Reclamante: Cegonha - Associação de Defesa do Ambiente de Estarreja

Entidade reclamada: Câmara Municipal de Estarreja

1. A Associação de Defesa do Ambiente de Estarreja “A Cegonha” veio reclamar junto desta Comissão por a Câmara Municipal de Estarreja não ter facultado o acesso a um documento que identificou como “solução técnica, proposta pela Erase, para a recuperação e regeneração de águas e solos contaminados pelos resíduos tóxicos acumulados no parque industrial de Estarreja e sua área envolvente”. E acrescenta que “sendo este documento a solução técnica proposta para a recuperação e descontaminação da zona da Quinta da Indústria de Estarreja e estando ainda em fase de validação”, como associação ambientalista local julga ser seu direito “o acesso ao mesmo” permitindo a sua participação.
2. Ao requerimento anexaram cópia de ofício da Câmara de cujo conteúdo ressalta o seguinte:
 - o projecto Erase é da autoria de um assessor da Câmara Municipal;
 - o projecto Erase tem vindo a ser intensamente trabalhado junto do Ministério do Ambiente, tendo sido adjudicada a validação do projecto;
 - as conclusões serão tornadas públicas e, nessa altura, poderão ser fornecidas à “Cegonha”.

3. Dado que os termos utilizados no requerimento e os usados no ofício da Câmara não são coincidentes, considerou-se essencial contactar a autarquia e, nos termos do artigo 21º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), suscitar a sua cooperação.

Assim, remeteu-se-lhe ofício em que, *in fine*, se perguntava:

- o documento referido no requerimento da Associação existe e tem origem ou é detido por essa autarquia local (vide artigo 3º da LADA)?
- o documento consta de processo não concluído ou é um documento preparatório de uma decisão (vide artigo 7º, nº 5)?
- neste caso, já foi tomada decisão, arquivado o processo ou já decorreu um ano após a elaboração do documento?

Para além das respostas às perguntas formuladas, solicitou-se à autarquia a transmissão de todos os elementos que considerasse pertinentes para a apreciação da situação e que possibilitassem ou impedissem, no seu entender, o acesso ao documento, nos termos da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto.

4. Às perguntas formuladas respondeu a autarquia nos seguintes termos:

- a) A Erase é uma proposta de associação entre a autarquia e 4 Empresas do Parque Industrial, que ainda não está formalizada, embora para a sua criação já exista autorização da Câmara e da Assembleia Municipal;
- b) A Erase terá como objectivo a limpeza dos resíduos industriais acumulados em Estarreja;

- c) A ideia subjacente, a que chamam Projecto, foi apresentada ao Ministério do Ambiente. Utilizando esta ideia como base de trabalho, o Ministério do Ambiente promoveu um concurso internacional para a elaboração de projecto;
 - d) A Câmara Municipal assegurará toda a informação à Associação, após o Ministério do Ambiente lhes remeter o projecto, isto é, logo que haja projecto.
5. A primeira conclusão que se pode extrair da interpretação dos textos juntos ao processo é a de que o documento ao qual a associação pretende aceder, nos termos em que esta o caracteriza - “solução técnica proposta pela Erase para a recuperação de regeneração de águas e solos contaminados pelos resíduos tóxicos acumulados no parque industrial de Estarreja e sua área envolvente” - em rigor, ainda não existe.

Não existindo ainda documento, há impossibilidade fáctica de se lhe aceder e, por isso, não existe igualmente o elemento essencial da previsão da lei para a sua aplicação já que a LADA regula o acesso a documentos que têm origem ou são detidos por entidades públicas, nomeadamente as autarquias locais (ver artigos 2º e 3º).

6. Todavia, da análise da informação resulta a existência de outros documentos relativos a este processo que, numa atitude de promoção da transparência, em observância dos ditames constitucionais e legais, a CADA não pode deixar de referir.

Em primeiro lugar, o documento de que é autor um assessor da Câmara Municipal, relativo ao projecto Erase e que é desde logo referido no ofício da Câmara Municipal junto pela associação no requerimento entregue nesta Comissão.

Em segundo lugar - caso tenha autonomia em relação ao anteriormente referido - o documento ou documentos através dos quais o projecto foi apresentado ao Ministério do Ambiente.

7. Relativamente a este ou estes documentos, o regime aplicável é o previsto no nº 5 do artigo 7º da LADA: “O acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão é diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração”.
8. Face aos termos em que é feito o pedido à CADA - “A Cegonha”, como associação ambientalista local, julga ser seu direito o acesso aos documentos, permitindo a sua participação - a Comissão entende dever relembrar às entidades reclamante e reclamada que, em matéria de protecção do ambiente, existem outros mecanismos, para além dos previstos genericamente na LADA, que constam da legislação de protecção do ambiente e que regulam a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

Em conclusão:

- em rigor, o documento caracterizado pela associação requerente, não existindo, não é susceptível de acesso;
- há outros documentos relacionados com o processo cujo acesso pode ser concedido ou negado à luz do disposto no nº 5 do artigo 7º da LADA;
- há outros mecanismos, de natureza endo-procedimental, que a lei prevê em matéria de protecção do ambiente e que poderão ser utilizados pela Administração e pelos cidadãos como forma de concretização do princípio da transparência.

Comunique-se às entidades reclamantes e reclamada.

Lisboa, 3 de Dezembro de 1997

João Figueiredo (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - Narana Coissoró - Vasco Almeida - Francisco de Brito - Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).